

Ulysses propõe que o partido defina o regime

Ele quer convocar a executiva do PMDB para mudar presidencialismo e fixar o mandato

São Paulo — O presidente do PMDB, da Câmara e da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, afirmou ontem à tarde que pretende reunir-se amanhã com a bancada de seu partido para propor a realização de uma convenção que posicionará o PMDB em relação ao tipo de regime político que deverá estabelecer a Constituição, a questão do mandato do presidente Sarney e de seus sucessores.

Por enquanto, Ulysses Guimarães informou que até serem ouvidas as bases do PMDB nada é definitivo em relação a essas questões — embora pessoalmente acredite que um regime híbrido de parlamentarismo com presidencialismo seja de sua preferência, principalmente se essa via significar um fortalecimento de poderes no Congresso.

O presidente do PMDB, porém, preferiu não manifestar-se subjetivamente sobre qual o tempo que consideraria ideal para o término do mandato de José Sarney. Ulysses pretende convocar os parlamentares do PMDB em Brasília para uma consulta e, depois, acertar uma convenção para definir alguns pontos a serem defendidos na Constituinte, quando vários deputados pretendem divulgar um documento desautorizando-o a falar em nome do partido como um todo. Ulysses afirmou desconhecer a existência desse movimento, liderado entre outros pelo deputado federal paulista Samir Achôa.

O senador Mário Covas disse que está há algum tempo defendendo a necessidade de uma ampla consulta a todos os diretores do PMDB para, em uma etapa subsequente, através de uma convenção, posicionar o partido com unidade em relação às propostas de regime e período de mandato presidencial. Para Mário Covas, o posicionamento do partido sempre foi considerado necessário, porque deixar incógnitas como estas no ar "somentemente leva a tremendas especulações e faz com que cada um dimensione o mandato de acordo com as circunstâncias do momento".

Como partido majoritário, o PMDB teria ainda mais que simples necessidade de se posicionar: Covas acha que o partido tem a obrigação nesse sentido, mesmo sabendo que o problema só poderá ser resolvido juridicamente na Constituição — o que não impede que ele seja resolvido politicamente através do partido e depois projetado juridicamente.

Se vingar o encontro do deputado Ulysses Guimarães com a bancada do PMDB na Câmara e houver consenso em torno da realização de uma convenção, o partido deixa de correr este risco de decidir ao sabor das circunstâncias e, na perspectiva do senador Covas, vencerá favoravelmente as duas etapas a serem cumpridas na linha da transição democrática: Constituinte este ano e diretas para a Presidência da República em 1988.

FOTOS: ARQUIVO



Ulysses vai tentar reunir a bancada, como também prefere o líder Covas, para definir o regime e o mandato de Sarney



Brossard pede modelo clássico

Porto Alegre — "Sou partidário de um parlamentarismo clássico, no qual os dois poderes políticos devem ser igualmente responsáveis, sob a arbitragem do chefe de Estado. Agora, a ser adotado, deverá sê-lo integralmente e não de forma mutilada".

A opinião foi manifestada pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, durante entrevista concedida no parque Marechal Osório, situado em Tramandai, distante 160 quilômetros de Porto Alegre, durante a cerimônia do Dia da Cavalaria.

Brossard analisou também as greves em andamento no Rio Grande do Sul, dizendo que "o governo tem sido de uma extrema tolerância, mas evidentemente o Estado não deve continuar parado". Lembrou que o atual endividamento do Rio Grande do Sul já fora objeto de sua apreciação, quando senador, e que na ocasião "só recebi pedras, ao alertar para uma situação que hoje infelizmente se concretizou".

O ministro da Justiça disse acreditar no pacto social e lembrou que no ano passado "a idéia já havia sido lançada pelo presidente José Sarney e não teve qualquer ressonância. Este ano voltou a ser lançada e começou a ser discutida. E chegará o momento em que os espíritos desarmados haverão de verificar que é o pacto conveniente ao País".

PDT espera definição democrática

O PDT não tem nada contra o parlamentarismo mas espera que a definição do sistema de Governo seja democrática, discutida com a sociedade e não resultado de um casuismo. A declaração é do deputado Amaury Müller (PDT-RS). Ele acha que o "dilema" entre presidencialismo e parlamentarismo é rigorosamente falso, justamente por estar faltando discussão do tema a nível nacional.

Com base em uma pesquisa realizada em Porto Alegre, que aponta 54 por cento de votos a favor das eleições diretas ainda este ano e coloca Leonel Brizola no alto de uma lista de presidentes possíveis, Amaury Müller considera mais ainda ser esta discussão, a nível de poderes Executivo e Legislativo, um casuismo. "Fica claro nesta pesquisa que há uma tendência de se manter o presidencialismo, embora de forma mitigada, com co-responsabilidade dos poderes Executivo e Legislativo. É lógico, que neste sentido, ao PMDB não interessa ver o Brizola no Governo, daí todo este movimento em torno de uma afirmação do parlamentarismo", acrescenta.

Para ele, o Brasil não está preparado para o parlamentarismo. "Este sistema exige partidos políticos fortes e bem estruturados, sem crises internas, sem múltiplas tendências em um mesmo quadro", esclarece. "Nós não temos isto aqui. Na verdade esta situação me parece uma repetição de 1961, quando tentava-se impedir a posse do Jango com a imposição de um regime parlamentarista", diz.

A posição do PDT, segundo o deputado, é que haja uma discussão ampla junto à sociedade, já que a exemplo do que ocorreu antes da instalação da Constituinte, a população em geral desconhece o que seja parlamentarismo ou presidencialismo.

Como funcionará esse falso parlamentarismo

TARCISIO HOLANDA
Repórter Especial

O presidente José Sarney, o deputado Ulysses Guimarães e o ministro Aureliano Chaves concordaram, em princípio, com a necessidade de uma divisão de poderes e responsabilidades entre o Congresso e o presidente da República, que não seria exatamente o parlamentarismo, defendido por amplos setores políticos, mas a uma espécie de presidencialismo atenuado ou mitigado.

Trata-se, segundo um dos participantes do longo encontro de sábado, pela manhã, no sítio São José do Pericumã, de um regime em que se atribuiria maior participação ao Parlamento na definição do Governo e de suas políticas. O presidente continuaria como chefe de Estado e chefe de Governo, mas pode delegar a um dos seus ministros a tarefa de coordenador da ação do governo civil, algo assemelhado ao papel que é exercido pelo primeiro-ministro.

A DIVISÃO
Os ministros militares — Exército, Marinha, Aeronáutica, SNI, EMFA, Gabinete Militar e Ministérios das Relações Exteriores — continuam gravitando sob a órbita jurisdicional do Presidente da República. Todos os ministros seriam nomeados pelo Presidente da República, mas o Congresso teria poderes para derrubar todo o ministério, um ou mais ministros por voto de desconfiança, desde que o presidente concordasse com essa deliberação.

Diante de um veto presidencial, os ministros, alguns ministros ou um ministro só poderia ser exonerado por voto de desconfiança do Congresso se o veto fosse derrubado por dois terços dos votos dos parlamentares.

Entre os ministros civis, o presidente poderia escolher um coordenador da ação governamental — excluídos os ministros militares. Esse coordenador, que exerceria o papel de um verdadeiro primeiro-ministro, poderia ser substituído por mera decisão do presidente da República, sem audiência ao Congresso.

Mas, a idéia é de atribuir crescente participação ao parlamento. Assim, um terço do ministério teria que ser necessariamente preenchido por parlamentares nomeados pelo presidente da República. Como o Governo não seria formado pelo Parlamento, como no regime parlamentarista, não haveria o instituto da dissolução do Congresso diante de queda do gabinete.

Na conversação de sábado, pela manhã, no sítio São José do Pericumã, tanto o presidente José Sarney quanto o deputado Ulysses Guimarães e o ministro Aureliano Chaves concordaram a respeito da necessidade da divisão de responsabilidades entre o presidente da República e o Parlamento, tendo em vista que o Poder Executivo, segundo a avaliação dos três políticos, concentra demasiada soma de poderes em nosso regime presidencialista.

Se o ministério está bem para o presidente da República e o Parlamento, tudo bem. Se o

Congresso decide votar uma moção de desconfiança coletiva contra todo o ministério e o presidente concordar, todos os ministros se o presidente vetar, o ministério só cairá se o Parlamento conseguir a derrubada do veto com dois terços dos votos do total do Parlamento. Isso vale para um ou dois ou três ministros.

A fórmula adotada "é mais ou menos assemelhada" ao modelo uruguaio de governo, segundo a impressão de um dos participantes da reunião de sábado último no sítio de Sarney — "com algumas alterações destinadas a adaptá-lo às peculiaridades brasileiras. Se a experiência funcionar, os três, que têm simpatia pelo presidencialismo, admitem que o Brasil poderá marchar para uma experiência parlamentarista de governo resultante das lições adquiridas.

Foi o próprio Sarney quem tomou a iniciativa de colocar a tese em discussão, tendo em vista que, tanto ele quanto Ulysses e Aureliano manifestaram-se abertamente simpáticos ao presidencialismo, embora reconhecendo uma tendência fortemente parlamentarista da maioria da Assembleia Nacional Constituinte.

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, acha que já deu sua contribuição às negociações. Agora, como a Constituinte é parte decisória nos entendimentos, ele acha que as negociações, a nível de PFL, serão conduzidas pelo novo presidente do partido, senador Marco Maciel, junto com o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães.

Sistema uruguaio só é aceito com negociação

Os grupos ligados ao deputado Ulysses Guimarães e aos senadores Mário Covas e José Richa — majoritários do PMDB — consideram muito pouco provável que o presidente do partido obtenha consenso para a implantação de um sistema de governo presidencialista aos moldes do uruguaio, com um Congresso forte dividindo responsabilidades com o Executivo. Para lideranças dos dois grupos, Ulysses não pode ir além da promessa de empenho feita ao presidente José Sarney.

O senador Severo Gomes, ligado a Ulysses e que almoçou com ele ontem, disse que não podem ser dadas garantias a Sarney sobre o sistema de governo ou a duração do seu mandato. Severo admite apenas que Ulysses possa "trabalhar dentro do partido nesse sentido". O mais importante, segundo Severo Gomes, é que se chegue a uma fórmula de consenso que garanta a estabilidade política.

O deputado Paulo Macarini, do colégio de vice-líderes formado por Covas e um de seus mais assíduos colaboradores, defende outra solução: que o próprio Sarney tome a iniciativa de enviar mensagem ao Congresso definindo seu mandato e sua proposta de sistema de governo. O argumento de Macarini também baseia-se nas dificuldades de Ulysses para convencer parcela significativa da bancada a apoiar cinco anos de mandato para Sarney.

A maioria dos constituintes — disse Macarini — já firmou compromisso com as bases e a sociedade, de um modo geral, por quatro anos. Este prazo, inclusive, foi defendido em todos os comícios por Tancredo Neves e Sarney.

Um parlamentar ligado a Ulysses e a Covas garante que não será possível qualquer acordo que atrole o consenso já obtido no PMDB em torno do Parlamentarismo, com um

primeiro-ministro encarregado das conduções políticas é um presidente voltado às questões administrativas. Segundo esse parlamentar, Ulysses prometeu a Sarney apenas empenho em obter consenso para a proposta presidencialista, embora se incline por ela como solução para a crise política.

O relator da Subcomissão do Poder Executivo, senador José Fogaça, também acha muito difícil Ulysses ter êxito. Fogaça já enviou ao presidente Sarney, através do presidente da Subcomissão, deputado Alberício Filho, resultado de pesquisa que indica a preferência dos constituintes pelo sistema parlamentarista que ele pretende defender em seu parecer, cujo prazo para entrega se esgota hoje. Fogaça, inclusive, já adiantou esse relatório à bancada do Senado, que cobrou, na semana passada, uma maior participação nas negociações que envolvem a solução para a crise política.

Achôa: Maioria desaparece

São Paulo — Nos cálculos do deputado federal Samir Achôa (PMDB-SP), aproximadamente 90 por cento da bancada parlamentar de seu partido não admitem que o presidente Ulysses Guimarães manifeste qualquer posição em seu nome, porque, segundo o deputado, "não se pode deixar que ele continue comprometendo todo o partido, manifestando suas condições pessoais" nas negociações sobre o mandato presidencial e forma de regime político com o PFL.

Peemedebista histórico, ligado ao governador Orestes Quércia, 16º deputado federal mais votado nas últimas eleições, Samir Achôa afirmou ter manifestado pessoalmente esse sentimento "proveniente das bases" ao deputado Ulysses, a quem acusou juntamente com toda a cúpula do partido de estar agindo de forma "conivente e criminosa com o governo" na condução desses entendimentos e também sobre outras questões.

Classificando o quadro político como fragmentado às raias da esquizofrenia, Samir Achôa disse que a falta de patrimônio e o excesso de zelo carreirista estão fazendo com que o PMDB assuma o ônus da crise econômica e política. "Sem querer isentá-lo totalmente neste caos", frisou Achôa, que reclamou da ausência de peemedebistas históricos no controle do Governo.

Tito não crê na proposta

Belo Horizonte — O senador Ronan Tito (PMDB-MG) não acredita que o presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, tenha êxito em sua tentativa de fazer passar na nova Constituição a proposta de presidencialismo, "mesmo que mitigado". Outra missão de Ulysses fadada ao insucesso, segundo Tito, é a tentativa de esvaziar o movimento de convocação da convenção do PMDB, que deverá ocorrer no início de junho e discutirá, entre outros temas, o mandato do presidente Sarney e o futuro regime político.

— Quem se interessa hoje pela manutenção do regime presi-

dencialista — disse Ronan Tito — são alguns candidatos à Presidência. Representam aquela tendência humana de achar que com o poder total somos capazes de resolver todos os problemas do mundo. A própria tentativa de negociar uma fórmula de presidencialismo "mitigado" já mostra que eles (os presidencialistas) sabem da fraqueza de proposta presidencialista — continuou o senador mineiro.

Ele lembrou recente pesquisa realizada no Congresso, que mostrou que 65 por cento dos constituintes são parlamentaristas, "com divisões entre parlamentaristas puros e mistos".



Lyra: há muitos insatisfeitos com Ulysses

Lyra admite insatisfação

Recife — O deputado e ex-ministro da Justiça, Fernando Lyra, disse ontem não ter conhecimento da existência de um suposto manifesto que estaria circulando no seio da bancada do PMDB contendo críticas ao deputado Ulysses Guimarães, mas, tem absoluta certeza de que a insatisfação contra ele é muito grande.

Segundo Lyra, Ulysses Guimarães está realmente isolado no partido e tomando decisões sem ouvir os companheiros. Está nesse fato, a seu ver, a razão principal das críticas que diariamente são feitas no Congresso e na Constituinte contra a atuação do presidente nacio-

nal do PMDB. Lyra arrisca dizer, inclusive, que, se a eleição para a presidência da Câmara fosse realizada hoje ele bateria, com folga maioria, o presidente do PMDB, por quem foi derrotado em fevereiro último, quando o desgaste político dele ainda não era tanto.

Na sua opinião, o que o PMDB está carecendo é de uma liderança nacional que seja capaz de renovar os métodos de decisão no partido, e de realimentar as esperanças do fraco desempenho no Governo Federal, e do esvaziamento financeiro em que se encontram os estados e municípios".

GERALDO MAGELA



Paulo Macarini e Severo Gomes consideram o consenso difícil no PMDB

